

Entre caminhos e fronteiras: a gênese do conceito de “campo literário” em Pierre Bourdieu e sua recepção no Brasil

Wander Nunes Frota

Enio Passiani

Para uma genealogia do conceito de campo literário

Em termos conceituais, a “teoria do mundo social” de Pierre Bourdieu sempre procurou se fundamentar em constructos éticos e êmicos advindos da experiência humana, ou melhor, da *práxis*, toda ela de caráter humanista, portanto¹. Tudo indica que essa *práxis* foi levada a se comprometer mais profundamente com teoria literária *per se* somente a partir do momento em que o sociólogo francês idealizou mais a contento o conceito de “campo” – o que já terá acontecido, provavelmente, ainda em meados da década de 1960, quando da publicação do ensaio “Champ intellectuel et projet créateur” na revista *Les temps modernes*². Tal momento ficará marcado, cá no Brasil, pelos inícios da adoção do estruturalismo como teoria “de ponta” (ou “da moda”) por parte das nossas então recém-surgidas faculdades de letras, bem como pelos constrangimentos político-sociais após a decretação do famigerado Ato Institucional nº. 5, que iria azedar de vez as relações sociais e provocar a intensidade maléfica dos “anos de chumbo”. O mais paradoxal disto é que, enquanto o estruturalismo ganhava terreno nas letras tupiniquins, lá na Europa, as dissensões já pululavam – como é o caso da tal edição da revista francesa já citada.

Desde a própria idealização do conceito de “habitus” como “noção mediadora” (que, em Bourdieu, surgiu antes do conceito de “campo”), Bourdieu teria dado um passo bem à frente do estruturalismo quando conseguiu

¹ A expressão “teoria do mundo social” retiramo-la do próprio título de Pinto, *Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social*, assim como dessa mesma obra (pp. 17-36) pode-se concluir que a *práxis* dessa teoria seria de “caráter humanista”.

² Traduzido por Rosa Maria Ribeiro da Silva, o ensaio “Campo intelectual e projeto criador” é, de fato, o primeiro texto de Bourdieu publicado no Brasil. Pouillon *et al.* (orgs.), *Problemas do estruturalismo*, o livro que contém o ensaio de Bourdieu, foi todo calcado no nº. 246, de nov. 1966, da revista *Les temps modernes*, então editada pelo filósofo Jean-Paul Sartre. Ver também: Pinto, *op. cit.*, pp. 65-89.

“transcender a oposição entre objetivismo e subjetivismo” (que o emperrava sob vários aspectos) e reconhecer que

a prática não é nem o precipitado mecânico de ditames estruturais nem o resultado da perseguição intencional de objetivos pelos indivíduos mas antes ‘o produto de uma relação dialética entre a situação e o habitus, entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e torna possível cumprir tarefas infinitamente diferenciadas, graças à transferência analógica de esquemas’ adquiridos numa prática anterior³.

Do Brasil de então, no entanto, não se tem hoje qualquer notícia boa (ou má) sobre a recepção daquele ensaio de Bourdieu, em particular no mundo acadêmico das letras tupiniquins. Essas últimas, que ainda se encontravam também sob a inspiração e a influência direta do *New Criticism* – sobretudo, por exemplo, da “explicação de textos” do crítico literário estadunidense Cleanth Brooks (1906-1994).

Ainda hoje, em termos de análise e/ou crítica literária, é difícil encontrar alternativas válidas fora daquele esquema do *New Criticism* ao longo da graduação em nossas faculdades de letras. A honrosa exceção entre nós é representada pela linha sociohistoricista de Antonio Candido e de seus seguidores. Conforme mostraremos adiante, essa linha tem representado uma das únicas alternativas válidas (como resistência) àquela influência ao longo dos seus cinquenta e tantos anos de existência. A propósito disto, o fato de estar atuando no Brasil praticamente desde a década de 1950 faz com que, talvez, a linha inaugurada por Candido já esteja mesmo precisando de um *upgrade* epistemológico, algo que a sacuda um pouco, retirando pelo menos alguns de seus excessos e redimensionando seus conceitos.

Desta forma, tanto o clima político-social no Brasil como o nosso mundo acadêmico ainda não estavam lá muito favoráveis à mudança de paradigmas teóricos, fosse lá de que natureza fosse – sobretudo se se leva em consideração o caráter de subversão do *establishment* que os textos de Bourdieu (ainda hoje) costumam provocar. É claro que, no ensaio citado, Bourdieu considera que o “campo” em questão é, de fato, o “campo intelectual” mais geral, no qual está incluso o “campo de produção cultural” da literatura

³ Wacquant, “Esclarecendo o habitus”, s.d., s.p, citando o próprio Bourdieu no trecho entre aspas simples.

francesa (apesar de, nessa época, ainda não ter esse nome). Como tal, no entanto, esse “campo intelectual” ainda mescla formalmente a literatura a outras formas artísticas eruditas, dentro do que posteriormente Bourdieu batizará de “campo de produção restrita” – para diferenciá-lo do “campo de produção em larga escala”, que é mais afeito e infenso, tudo de uma vez só, às pequenas certezas e às enormes incertezas da chamada “indústria cultural”.

Nestes anos 1960, o crítico literário que poderia aqui no Brasil ter forjado uma aproximação mais explícita que fosse com as ideias expostas no ensaio de Bourdieu era, sem dúvida, Antonio Candido. Poderia inclusive ter ido além e, no seu exílio voluntário em Paris entre 1964 e 1966, tê-lo procurado para trocar ideias talvez sobre o seu próprio conceito de “sistema literário”, cuja idealização surgiu com o seu hoje clássico *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880* (1958). Nessa época, no entanto, Bourdieu não tinha ainda o mesmo prestígio que hoje gozam suas obras relacionadas à arte e, mais especificamente, à literatura; ou seja, pode-se até admitir o fato de que não era interessante para Candido procurá-lo àquela altura, mas Candido bem que podia tê-lo encontrado *par hasard* em Paris. Isso, infelizmente, não aconteceu; caso tivesse acontecido teria sido, quiçá, um “momento decisivo” para a crítica e também para a historiografia da literatura brasileira de feição sociohistórica.

Em um dos ensaios inéditos de Candido em *Literatura e sociedade* (1966), “Crítica e Sociologia (Tentativa de Esclarecimento)”, consta uma única menção a L. L. Schücking, conforme se lê no seguinte trecho:

o terceiro [tipo] é apenas sociologia, e muito mais coerente, consistindo no estudo da relação entre a obra e o público, -- isto é, o seu destino, a sua aceitação, a ação recíproca de ambos. Exemplo conhecido é o ensaio de Lewin (sic) SCHÜCKING, no *Handwörterbuch der Soziologie*, de VIERKANDT, “Sociologia do gosto literário”, mais tarde posto em volume e traduzido em várias línguas. Apesar do renome, não passa de uma indicação das pesquisas a serem feitas neste sentido⁴.

Ocorre, no entanto, que apesar de elogiá-lo como “mais coerente”, a obra de Schücking ultrapassa “uma indicação das pesquisas a serem feitas neste sentido”. Schücking é, sim, uma fonte privilegiada de como abordar a “sociologia da literatura”, talvez a que primeiro tenha alinhavado tal eixo

⁴Candido, *Literatura e sociedade*, 1968, p. 11. O primeiro nome do crítico alemão não é “Lewin”, e sim Levin.

temático ainda nos anos 1920 – o que parece ter escapado ao “sociólogo” Antonio Candido, mas não ao seu colega francês, Pierre Bourdieu.

Da mesma forma, aliás, que também parece ter escapado a R. Escarpit, que naquele momento devia ainda estar colhendo as glórias pelo lançamento do livreto *Sociologie de la littérature* (1958) e envidando esforços acadêmicos sobre os quais falaremos mais adiante. A propósito, é nesta obra onde encontramos uma única citação acerca de Schücking, também um tanto quanto preconceituosa, para dizer o mínimo, quase como a desmerecê-lo, fazendo de si um mero “formalista”, e bem dizer colocando seus esforços bastante originais no mesmo nível do capítulo IX (“Literatura e sociedade”) de *Teoria da literatura* (1949), de R. Wellek & A. Warren:

Les tendances sociologiques se sont donc exprimées au cours du dernier demi-siècle sous la forme de grandes idées directrices plutôt que sous celle d’uns corps de méthode cohérent. Elles sont parfois rejoint les tendances formalistes : sociologie du goût avec L. L. Schücking, étude du langage en tant qu’élément social de la littérature avec R. Wellek⁵.

Daí podermos concluir que tanto Candido quanto Escarpit beneficiaram-se de maneira respectiva, cada um a sua maneira, das ideias de Schücking – mas isto se deu um tanto sem que fossem dados créditos mais devidos a Schücking, cujo livro jamais foi traduzido para o português, o que tampouco deixa de ser sintomático.

Ao contrário disso, Bourdieu, em seu ensaio de 1966, propunha, através do Raymond Williams (1921-1988) de *The Long Revolution* (1961), que as ideias de Schücking fossem utilizadas mais diretamente, conforme se pode notar na seguinte passagem:

a existência de um “mercado literário e artístico” torna possível a formação de um corpo de profissões propriamente intelectuais – seja com o aparecimento de novos personagens, seja com personagens antigos que recebem novas funções – isto é, a constituição de um verdadeiro campo intelectual como sistema de relações que se estabelecem entre os agentes do sistema de produção intelectual⁶.

⁵ Escarpit, *Sociologie de la littérature*, p. 11.

⁶ Bourdieu, “Campo intelectual e projeto criador”, p. 110.

Neste ensaio, portanto, Bourdieu utiliza, sim, o conceito de “campo” já devidamente contextualizado – só que não o relaciona somente a ficcionistas e poetas como centrais, por exemplo, a outros conceitos-chave de sua sociologia da cultura, tais como “mercado de bens simbólicos”, “capital cultural” e “habitus”, todos desenvolvidos anteriormente, durante o surgimento ou, ainda, posteriormente à noção de campo – até porque Bourdieu certamente devia ter outros interesses mais imediatos naquele momento⁷. Isto aconteceu dessa maneira porque, nessa altura da elaboração, digamos, mais abrangente do conceito de “campo”, essas três últimas ideias ainda não tinham obviamente sido desenvolvidas da maneira que seriam algum tempo depois. Quer dizer, toda a “teoria do mundo social”, é claro, não brotou de uma vez: certos conceitos precisaram de um tempo de gestação maior do que outros, como é o caso do “habitus”, que é anterior ao conceito de campo. Este último só começou a ser idealizado a partir do contato mais profundo de Bourdieu com as obras de G. Flaubert, no romance, e Ch. Baudelaire, na poesia, ou seja, com o ambiente literário da França em meados do século XIX, que então vivia a grande transição do romantismo para o realismo/naturalismo.

Loïc Wacquant faz um levantamento do longo percurso histórico das “raízes do habitus”, desde a filosofia aristotélica (passando posteriormente por Tomás de Aquino, E. Durkheim, M. Mauss, M. Weber, T. Veblen, E. Husserl, A. Schultz, M. Merleau-Ponty e, finalmente, por N. Elias), e aponta suas origens mais recônditas no pensamento de Bourdieu quando de seus “estudos empíricos de juventude sobre a antropologia econômica da mudança na sociedade camponesa do seu Béarn natal (...) ou nas comunidades cabilas de expressão berbere, na Argélia colonial” – estudos esses realizados, respectivamente, em 1962 e 1964, esse último com Adbelmalek Sayad⁸. Mas se isso tudo é apenas uma leve impressão que se tem quando se lê o texto de 1966 e o comparamos aos trabalhos posteriores, é daí que nos vem a certeza

⁷ Sobre “mercado dos bens simbólicos”, ver a leve menção (“a não ser segundo uma lógica específica”, que já seria esse “mercado”) em: Bourdieu, “Campo intelectual e projeto criador”, p. 145, e também em Bourdieu, “O mercado dos bens simbólicos”, em que foi desenvolvida a menção anterior; sobre “capital cultural”, ver Bourdieu, “Les Trois états du capital culturel”, e sobre “habitus”, cuja ideia ganhou mais corpo a partir do contato (como tradutor para o francês e autor do posfácio) que Bourdieu teve com *Arquitetura gótica e a escolástica* (1951), do crítico e historiador da arte alemão E. Panofsky (1892-1968), ver Bourdieu, “Campo intelectual e projeto criador”, pp. 142-45.

⁸ Wacquant, “Esclarecendo o habitus”.

de que já está ali, no ensaio de 1966, todo o esqueleto, já com algum tecido conjuntivo com que se sustentar sozinho, do conceito de “campo de produção cultural”, bem como um pouco do porvir de seus apêndices conceituais (sem os quais a noção de campo não funcionaria muito bem), que foram se formando aos poucos para abranger todo o aparato conceitual aplicado hoje indistintamente no mais abrangente escopo das ciências humanas, sociais e também das letras.

Ainda assim, em “*Champ intellectuel et projet créateur*”, Bourdieu se referiu somente à cultura e aos intelectuais de seu próprio país. A princípio, isto de se referir à França fez com que seus discípulos e seus colaboradores mais imediatos acreditassem, na época, que talvez a aplicação mais pormenorizada do conceito de “campo intelectual” se restringisse ao caso francês e, assim, não atingisse o escopo internacional generalizado de utilização que se lhe dá hoje. Ou melhor, o que então se compreendeu sobre a utilização do conceito em si era que ele não poderia (ou não deveria) ser aplicado com pelo menos as mesmas nuances político-sociais que o conceito tem no caso específico da França, e também que relacioná-lo às especificidades socioculturais de outros países, sobretudo os “periféricos”, como o Brasil, seria de uma incongruência sem par.

No caso brasileiro, dos anos 1970 em diante, surge Sergio Miceli como um dos intérpretes mais privilegiados de Bourdieu no Brasil – talvez o maior de todos, pelo menos quando o assunto abordado é o trajeto da vida e da carreira de nossos intelectuais literatos⁹. A certa altura da entrevista que concedeu a Bastos *et al.* (2006), Miceli informa que “muitos dos conceitos que ele [Bourdieu] usava, na época, *inclusive a ideia de campo*, eram pouco aplicáveis ao Brasil. Não havia a rigor aqui um campo intelectual, o qual precisa ter mais adensamento”¹⁰. É claro que as objeções não param por aí quanto à utilização do conceito de “campo” em outras realidades socioculturais e, especificamente, no caso brasileiro, até porque, como afirma Miceli em outro instante na mesma entrevista, “a elite brasileira não é a elite francesa. Não dá para transpor isso. A vida intelectual e artística tampouco pode ser igual.

⁹ Ver Miceli, *Intelectuais à brasileira*, que, além de artigos esparsos sobre o mesmo tema, colige dois de seus livros: *Poder, sexo e letras na República Velha* (estudo clínico dos anatolianos), e *Intelectuais e classe dirigente (1920-45)*. Ver também: Miceli, *Nacional estrangeiro*, que se restringe ao mecenato e aos artistas plásticos do período modernista no Brasil ao longo do séc. XX.

¹⁰ Bastos *et al.* (orgs.), “Sergio Miceli”, p. 231 (grifos nossos).

O material nos obriga a ir em outra direção”¹¹. Com efeito, se se considera o grau de prestígio que Bourdieu obteve em termos de recepção de sua obra dentro e fora da França e ao longo de sua vida, tem-se, por um lado, em um recorte de caráter exclusivamente quantitativo, números bem animadores, mas, por outro lado, nem tanto¹².

Sem embargo, ao considerar também que, em “Campo intelectual e projeto criador”, Bourdieu procura vincular seu trabalho sociológico ao de Levin Ludwig Schücking (1878-1964) em *Die Soziologie der literarischen Geschmacksbildung* (1923), fica clara sua intenção de se aproximar da fonte de uma crítica marxista mais “original” possível – sem, no entanto, copiar sua “originalidade”, mas sim visando sempre ir além dela. Naquele momento, nota-se que, para Bourdieu, a obra de Schücking funciona como um elo perdido (finalmente reencontrado por Bourdieu) que a crítica literária marxista do final dos anos 1930 até a de meados dos anos 1960 havia, no mínimo, deixado de considerar como sua precursora de fato e de direito; como se ela tivesse nascido do nada. É claro, referimo-nos aqui aos hoje clássicos desdobramentos teóricos do marxismo “duro”, aqueles que procuram abranger a vastidão epistemológica das letras e das ciências humanas, e não a um dos aspectos, digamos, mais “tradicionais” do marxismo, que é mais ligado porventura às ciências sociais aplicadas, mais propriamente à teoria e à análise econômica do capitalismo.

O livro de Schücking, que consultamos em inglês (e também em espanhol), intitula-se *The sociology of literary taste* (1966); trata-se, portanto, de versão semelhante à utilizada por Bourdieu quando seu ensaio foi publicado na França em 1966. Consideramos que essa obra de Schücking, sendo predecessora por ter sido publicada originalmente em 1923, seria “mais original”, porque mais próxima do paradigma mais “original” do marxismo vigente, que deve ter inspirado a “teoria crítica” dos expoentes da Escola de Frankfurt (W. Benjamin, Th. W. Adorno, M. Horkheimer *et al.*); a crítica literária marxista de G. Lukàcs (e posteriormente a de L. Goldmann, um seu seguidor que alargou suas ideias) e também a presença da filosofia bem dizer onipresente de

¹¹ *Id.*, p. 233.

¹² Sobre a recepção – por vezes péssima – da obra de Bourdieu no ambiente acadêmico anglófono, ver, por exemplo, Robbins, “French Production and English Reception”. Ainda sobre esse assunto, ver também a longa introdução de Randal Johnson em Bourdieu, *The field of cultural production*, pp. 1-25. Em Johnson, “A dinâmica do campo literário brasileiro”, ver uma adequação bem consistente do conceito de “campo” *à-propos* do caso brasileiro.

J.-P. Sartre, na França, entre as décadas de 1940 e 1960. De forma sutil ou não (como nos casos de R. Barthes e de L. Althusser), tudo isso acabará desaguardando na corrente francesa da “sociologie de la littérature” do final da década de 1950 até meados dos anos 1970¹³ com as publicações do *Institut de Littérature et des Techniques Artistiques de Masse – ILTAM*, em Bordeaux¹⁴.

Desaguardará também na corrente inglesa dos “cultural studies” (R. Hoggart, E. P. Thompson, R. Williams, S. Hall *et al.*) no *Centre for Contemporary Cultural Studies*, em Birmingham, no Reino Unido. Em “Campo intelectual e projeto criador”, Bourdieu se vale das ideias de Schücking, de Raymond Williams (que, como já notamos, haviam sido publicadas há poucos anos), e também das de Sartre, de Barthes e de Althusser – mas essas últimas apenas *en passant*, como se fosse apenas para provar e/ou corroborar sua saúde intelectual na época, os conturbados anos 1960, que marchavam para acontecimentos históricos decisivos na política e na cultura de todas as sociedades ocidentais, periféricas ou centrais. Dentro do universo intelectual dos demais estudiosos citados acima e de suas respectivas obras, o ensaio de Bourdieu deve-se, portanto, incluir no caráter “mais original” a que já nos referimos.

Até segunda ordem, portanto, Schücking é o inspirador oficial das ideias de Bourdieu sobre o “campo de produção cultural” – tal como essas ideias serão expostas mais adiante em caráter mais definitivo n’*As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*¹⁵, obra cuja publicação na França data de 1992. Sobre essa obra, em especial, o próprio Bourdieu afirma que seu

método de interpretação (...) se inspira na convicção de que só “o desmonte ímpio da ficção”, de que fala Mallarmé, pode intensificar o prazer do amor pela arte, mesmo que se arrisque a comprometer o culto hölderlino-heideggeriano-blanchotiano do sagrado literário e artístico¹⁶.

Foi aí, com o lançamento d’*As regras da arte*, que o conceito de “campo de produção cultural”, já com todos os seus apêndices conceituais, finalmente atingiu uma maturidade crítica mais sólida em termos historiográficos da arte

¹³ Escarpit *et al.*, *Le Littéraire et le social*.

¹⁴ Segundo Escarpit *et al.*, *op. cit.*, pp. 5-8, o ILTAM, criado “em 1965”, fora batizado originalmente como *Centre de Sociologie des Faits Littéraires*, isso desde o final da década de 1950.

¹⁵ Em umas tantas passagens da versão brasileira dessa obra, mesmo editada pela Cia. das Letras, nota-se não ter havido o necessário rigor com a tradução direta e sobretudo com a revisão.

¹⁶ Bourdieu, *Esboço de auto-análise*, pp. 129-30.

literária de forma específica e para a história da arte em geral, que Bourdieu realizou o tal “desmante ímpio da ficção” e comprometeu de vez o tal culto. É claro que antes disso temos, entre outros acontecimentos culturais igualmente importantes na área editorial (para quem estuda a obra de Bourdieu), o início de circulação das *Actes de la recherche en sciences sociales*, em 1975, revista acadêmica publicada pelo *Centre de Sociologie Européenne* do *Collège de France*, lançada em Paris pelo próprio Bourdieu, na qual os conceitos de “campo” e também de “habitus” ganharão perenes evocações e reelaborações praticamente a cada nova edição da revista até 2002, ano da morte de Bourdieu – e até mesmo após isso¹⁷.

Logo em uma das primeiras edições da revista citada, Bourdieu publica o importante ensaio “L’invention de la vie d’artiste”¹⁸. Foi através da expressão-chave “vida de artista” presente até mesmo no título desse ensaio em especial, que Bourdieu pôde finalmente mergulhar fundo na obra de Flaubert, baseando-se sobretudo em parte de sua correspondência pessoal selecionada e também em uma “leitura interna” do romance *L’éducation sentimentale*, que, segundo ele, versa sobre a ação e a luta dos personagens do romance para assegurar e manter um bom lugar no campo, ou seja, a busca incessante pela consagração artístico-literária. Bourdieu conclui que é a partir da publicação desse romance em particular, na Paris da metade do século XIX (nem antes nem depois), que já estará plenamente elaborado, pintado e em plena atividade legitimadora o “campo literário” francês, contemporâneo do autor do romance, algo aparentemente mágico como um retrato instantâneo. Essa “leitura interna” do romance de Flaubert passará por uma ligeira reelaboração quando do lançamento de *As regras da arte* em 1992, ocasião na qual serão feitas pequenas modificações de fundo no ensaio de 1975.

No entanto, nenhuma modificação posterior daquele “retrato instantâneo” alterará o quadro que se forjou a partir daquele “momento decisivo” (para usar uma expressão tão cara a Antonio Candido). Ou seja, as gerações de escritores, editores, agentes etc. continuarão se sucedendo; as agências e os agentes de consagração permanecerão fazendo seu papel, e as conquistas tecnológicas que envolvem o processo de edição dos livros continuarão acontecendo. A única diferença será talvez o ritmo dos acontecimentos,

¹⁷ Como exemplo disto podemos citar o importante trabalho de Boyer, “Pierre Bourdieu et la théorie de la régulation”, que, à sua maneira, evoca o conceito, conforme afirma Wacquant, “Esclarecendo o habitus”.

¹⁸ Ver Bourdieu, “L’invention de la vie d’artiste”.

que será cada vez mais veloz, e também uma consciência implícita de que a autonomização *per se* do campo literário não mais precisará ser confirmada a cada nova geração artística, como costumava acontecer, como se tudo não passasse – ou até mesmo fosse além – de uma simples metamorfose. Daí vem a importância do que, para diferenciá-lo do estruturalismo mais ortodoxo vigente nos anos 1960, por exemplo, o próprio Bourdieu denominou-o de estruturalismo “genético” porque, ao contrário daquele, este busca “entender tanto a gênese das estruturas sociais – o campo literário – como a gênese das disposições dos habitus dos agentes envolvidos nessas estruturas”¹⁹.

Portanto, o que percebemos é que Bourdieu, à sua maneira, descreve o surgimento do campo literário na França como se isso registrasse, *de facto*, o grave momento em que a “arte pela arte” sofre um golpe de misericórdia do qual jamais conseguirá se recuperar. A criação artística, embora continuasse existindo, é claro, através das demandas artísticas dentro de sucessivos movimentos artísticos, torna-se sujeita a realidades e exigências cada vez mais “modernas”, incapazes de dar satisfação de suas respectivas ações políticas dentro do campo, passando a serem mais ou menos imperceptíveis a olho nu. A partir daquele momento, verdadeiramente histórico, uma “nova” consciência – estruturante e estruturada, ao mesmo tempo – é formada por parte dos artistas (escritores) franceses e, tão importante quanto, também do público leitor e, tudo indica, dos demais participantes do “jogo” em todas as suas possíveis variantes. Implicitamente, um pacto foi firmado entre todos eles para que a criação artístico-literária se aproximasse de algo que, historicamente, jamais havia existido antes. Grosso modo, foi desta maneira absolutamente inexorável que, na França, as relações e inter-relações múltiplas entre artistas, público leitor, editores, agentes literários etc. passaram a ser automaticamente reinventadas a todo o momento sem correr risco algum de não serem rejeitadas. Aliás, será com a sucessão dessas “reinvenções automáticas”, a partir daqueles acontecimentos não estritamente literários em meados do século XIX (com aquele romance de Flaubert), que o automatismo dessas reinvenções passará a ser visto como “natural” e, mesmo, banal daquele momento em diante. Tudo aconteceu inexoravelmente, já ao sabor das novas tecnologias que foram sendo automaticamente absorvidas pelos

¹⁹ Ver Bourdieu, *The field of cultural production*, p. 162 (tradução nossa).

empreendimentos artístico-literários – e é isso precisamente que surpreende nesta parte da obra de Bourdieu que traça a noção de campo literário como uma ferramenta e tanto de análise (e também de historiografia) literária.

A recepção brasileira da noção de campo literário

O sociólogo italiano Marco Santoro, em artigo publicado recentemente por ocasião do simpósio *The International Circulation of Sociological Ideas: The case of Pierre Bourdieu*²⁰, nos dá a noção da abrangência do uso da teoria e conceitos de Bourdieu ao redor do globo, que extrapola, e muito, os limites do mundo intelectual e acadêmico francês: Leste europeu, países nórdicos, Japão, China, América Latina, parece não haver limites para a tremenda influência que Bourdieu vem exercendo nas últimas três décadas, a ponto de ser o pensador social mais citado ao redor do mundo entre 1999 e 2007, totalizando mais de 1600 referências²¹. Curioso notar, afirma o citado sociólogo, que a despeito da crítica de Bourdieu à globalização e seus efeitos, a extensão da circulação de suas ideias é também produto ou efeito do mesmo processo de mundialização²². Todavia, o deslocamento das ideias não se realiza sem quaisquer fronteiras e obstáculos; ao contrário, os padrões de transferência do conhecimento e do saber têm variado bastante e produzido “caminhos imprevisíveis” e surpresas interpretativas, produzindo o que Santoro chama de “contaminação, hibridização e creolização” das teorias e conceitos, abrindo novas perspectivas e

*offering at the same time a new intellectual toolkit which could enable local actors (...) to articulate differently their visions and to better grasp their social situation ever beyond (or against) the author's intention, expectation or consciousness (grifos do autor)*²³.

Ou seja, qualquer processo de transplantação cultural deve implicar traduções, adaptações e atualizações da teoria alienígena em relação ao ambiente nativo a fim de, justamente, vigorar a própria teoria e renovar

²⁰ Santoro, *Putting Bourdieu in the Global Field*, s.p.

²¹ *Id.*, s.p.

²² *Id.*, s.p.

²³ *Id.*, s.p.

sua força explicativa e crítica. Nesse sentido, Pierre Bourdieu, apesar das preocupações que tinha em relação à recepção de sua obra²⁴, era um entusiasta defensor do diálogo transnacional como meio de perfurar o discurso imperialista hegemônico²⁵. Fica claro, portanto, que embora marcado por certa *frenchness*, o que é inevitável, o trabalho de Pierre Bourdieu não se viu e ainda não se vê por ela limitado, encarcerado. Na verdade, a recepção de sua obra, até o momento, tratou de diminuir em algum grau ou até abolir os traços da tal *frenchness*.

A apropriação de Pierre Bourdieu na América Latina de modo geral, exceção feita ao Brasil, foi mais tímida, porém continuou se dando de modo crítico e criativo pelas mãos, por exemplo, de Manuel Castells no Chile; Beatriz Sarlo, Carlos Altamirano e Néstor Garcia Canclini, na Argentina; este último ainda o responsável por espalhar o pensamento de Bourdieu no México²⁶. O caso brasileiro, ao contrário, destoa um pouco do resto do continente. Num levantamento feito pelo sociólogo argentino Denis Baranger, podemos constatar que, entre 1975 e 1998, aparecem nas páginas das *Actes de la recherche en sciences sociales* – periódico criado e dirigido por Bourdieu até sua morte, em 23 de janeiro de 2002, e veículo importante de suas ideias – 16 artigos cujo tema é o Brasil, e, no mesmo período, 10 autores brasileiros publicam na revista. De 1999 a 2007, no entanto, há uma queda acentuada da presença brasileira, tanto em relação aos autores quanto ao tema, para apenas um artigo em cada quesito; ao passo que a presença argentina cresce um pouco, com 5 publicações que têm a problemática do país como tema e 5 são autores que lá constam²⁷. De todo modo, a presença brasileira, apesar da queda, continua sendo a maior entre os países latino-americanos. Porém, mais do que quantitativamente, a presença de Bourdieu no Brasil se faz qualitativamente, servindo de importante referência e condutor teórico-metodológico, principalmente em suas sociologias ditas particulares, como a da cultura e da educação²⁸.

²⁴ Tanto é que Bourdieu, ao longo de sua carreira, foi moldando e organizando um grupo de pesquisadores, um centro de pesquisas próprio, uma revista e uma casa editorial que se tornaram, sem sombra de dúvida, responsáveis pela constituição, consolidação, prosseguimento e, por conseguinte, uma certa proteção de sua obra, projetos e ideias. A respeito, consultar: Robbins, “French Production and English Reception”, s.p.

²⁵ Cf. Santoro, *op. cit.*; Bourdieu e Wacquant, *Las argucias de la razón imperialista*.

²⁶ Baranger, “The reception of Bourdieu in Latin America and Argentina”, s.p.

²⁷ Ver Baranger, *op. cit.*, s.p.

²⁸ Sobre a recepção e o uso de Pierre Bourdieu nos estudos educacionais, consultar: Catani, Catani e Pereira, “Pierre Bourdieu: as leituras de sua obra no campo educacional brasileiro”.

Para o caso que mais nos interessa aqui, a importação e a utilização da noção de “campo literário” nas pesquisas sobre literatura realizadas no Brasil, é obrigatório destacar a figura do sociólogo e professor da Universidade de São Paulo, o carioca Sergio Miceli. Primeiro brasileiro, e latino-americano, a publicar nas *Actes* e a fazer doutorado na França sob orientação do próprio Pierre Bourdieu, Miceli foi quem nos introduziu a noção de “campo literário” e quem nos mostrou toda sua potência explicativa²⁹. Ainda na França, em 1976, como exigência do doutoramento, Miceli escreveu e publicou nas *Actes* o artigo “Poder, sexo e letras na República Velha” – transformado em livro pela editora Perspectiva já no ano seguinte, 1977. Dois anos depois Miceli publicava, pela Difel, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920 – 1945)*, resultado final de sua tese defendida no Brasil e na França em 1978. Mas, mesmo antes, Miceli já havia tomado contato com a obra de Bourdieu: ele nos informa³⁰ que no final de sua graduação lera “Campo intelectual e projeto criador” (ver a nota 2 deste trabalho) na revista *Les temps modernes*, texto que provocou forte impacto em Miceli, como ele mesmo atesta³¹, e que se tornou uma espécie de referência permanente³² para a análise da cultura que pouco mais tarde iniciaria; e logo em 1972, devido ao espaço ocupado na comissão editorial da mesma editora Perspectiva, selecionou, organizou e escreveu a introdução para a coletânea de artigos reunidos no volume *A economia das trocas simbólicas*.

Antigo frequentador da obra de Bourdieu, que remete ao final dos anos 1960 e começos dos 1970, é, ao nosso ver, com *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*, de 1979, que Miceli dá um tratamento bem acabado e original à proposta *bourdieusiana*, incorporando algumas de suas categorias e, principalmente, sua visada sociológica, adaptando-as à análise do contexto na-

²⁹ É importante mencionar que outros sociólogos brasileiros têm Bourdieu como referência importante; entre eles destacamos José Carlos Durand, autor de *Arte, privilégio e distinção*, importante estudo sobre a constituição do campo das artes plásticas e da arquitetura no Brasil; e Renato Ortiz, organizador da seminal coletânea de textos de Bourdieu publicada pela Editora Ática em 1983 (ver referência completa na bibliografia deste trabalho). No entanto, nenhum deles utilizou o modelo *bourdieusiano* para a análise exclusiva da literatura nacional como fez Miceli, por isso, a fim de cumprir os intentos deste ensaio, concentramo-nos neste último.

³⁰ Ver Bastos *et al.* (orgs.), “Sergio Miceli”, p. 227.

³¹ *Id.*, *ibid.*

³² Pelo visto, o referido artigo serviu quase como uma espécie de cartão de visitas de Bourdieu, apresentando-o a outros campos intelectuais – o texto foi publicado no México em 1967, no Brasil em 1968 e na Grã-Bretanha em 1971 –, além do francês, provocando algum impacto por onde passou. A respeito disto, Ver Robbins, “French Production and English Reception”; e Baranger, “The reception of Bourdieu in Latin America and Argentina”.

cional, muito mais do que ocorre em *Poder, sexo e letras na República Velha*, este parcialmente incorporado àquele. Embora o autor afirme que àquela altura a influência de Raymond Williams e Fritz Ringer eram até maiores que a de Bourdieu, chegando inclusive a dizer que a palavra “campo” sequer aparece em *Intelectuais*³³, não podemos esquecer que: primeiro, Miceli já havia entrado em contato com algumas teses centrais Bourdieu por meio do texto “Campo intelectual e projeto criador”, que lhe influenciaram profunda e permanentemente, como ele mesmo admite; segundo, o artigo de 1976 e a tese de 1978, tornada livro no ano seguinte, foram em boa medida o produto do estágio realizado na França sob supervisão do próprio Bourdieu, outro fato confirmado por Miceli; o que nos leva a concluir que a presença do sociólogo francês nos primeiros trabalhos de Miceli é maior do que ele aceita. E tal influência é confirmada quando observamos a ossatura da obra de 1978/1979, toda ela impregnada de argumentos de base *bourdieusiana*. Vejamos: a preocupação central de Miceli, tal como ocorre com Bourdieu (só que voltado, obviamente, para o caso francês), é com a constituição de uma vida intelectual no Brasil, ponto de chegada de sua pesquisa sobre os literatos nacionais no período entre 1920 e 1945, e seus desdobramentos, como a sociabilidade que se constrói entre eles, das redes de amizade, intrigas e disputas que esses intelectuais estabelecem nas disputas por certos bens simbólicos; ou ainda quando observamos o esforço de Miceli em desvendar as condições sociais objetivas necessárias para o desempenho do trabalho intelectual, como a expansão do mercado do livro e a profissionalização do trabalho intelectual, particularmente o literário, e o engate, que preocupa Bourdieu e Miceli, entre o campo do poder e o campo da produção simbólica que deriva justamente de tais condições. A abordagem da atividade intelectual e literária sob o ponto de vista sociológico e delineada nos termos acima expostos já estava indicada no artigo da *Les temps modernes* e em alguns textos do volume que Miceli organizou para a editora Perspectiva em 1972.

Miceli, nos seus primeiros estudos sociológicos sobre a literatura nacional, vai indagando sobre as possibilidades da estruturação de um campo literário

³³ As afirmações de Miceli estão em: Bastos *et al.* (orgs.), “Sergio Miceli”, p. 231. Quanto à presença da palavra “campo” em *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45)*, devemos revelar que o autor se equivoca, pois ela aparece em vários momentos, como às pp. 192 e 196, por exemplo.

num país periférico e dependente como o Brasil, com características próprias e idiossincrasias sociais exclusivas³⁴. A perspectiva sociológica de Miceli é original porque mostra a possibilidade de um campo da produção simbólica relativamente autônomo e da atividade criativa cá entre nós, sem descuidar da análise e interpretação das particularidades desse campo, como: 1) certa dependência em relação ao Estado, que, curiosamente, não ameaçava sua autonomia relativa, visível na distinção que o autor faz entre “funcionário-escritor” e “escritor-funcionário”, este ciente da independência dos critérios de validação estética frente outras instâncias sociais³⁵; e 2) a localização dos intelectuais no sistema político-partidário de São Paulo e o tráfico de influências que daí podia derivar, favorecendo alguns e prejudicando outros, numa verdadeira concorrência intelectual por favores e prebendas. Paradoxalmente, pois, Miceli demonstra que a autonomia relativa do campo intelectual brasileiro dependia do mecenato estatal, primordialmente nos anos Vargas, ou seja, os “escritores-funcionários”, por serem funcionários públicos garantiam a satisfação das necessidades objetivas, permitindo-lhes desenvolver, esteticamente inclusive, a atividade literária. Nesses casos, o posicionamento político vinha configurado estilisticamente, como que “disfarçado” sob a forma literária, o que os livrava da censura estatal³⁶.

Portanto, Miceli não é apenas o responsável pela introdução da sociologia da literatura de Pierre Bourdieu no Brasil, não se limitando a repetir os conselhos, conceitos e métodos do antigo orientador, mas ele mesmo é o iniciador de uma sociologia da literatura pioneira no país, devido à abordagem inovadora do modernismo nacional, “comprometida com a dessacralização da vida intelectual e da recusa de louvação dos biografados”³⁷, preocupada em interpretar e esclarecer como e por quê o sistema de relações sociais é constitutivo do significado, e como os constrangimentos sociais e políticos e as teias de sociabilidade sustentam as condições de produção e recepção dos bens simbólicos. O desencantamento dos modernistas promovido por Miceli ao revelar que a origem social e familiar, bem como o compadrio político e os pertencimentos ideológicos, são importantes elementos definidores do trabalho e da vida intelectuais, provoca visível desconforto no prefaciador

³⁴ Coincidentemente, no mesmo ano de 1979, Carlos Altamirano e Beatriz Sarlo descreviam o campo literário argentino como um campo dependente. Ver Ba ranger, *op. cit.*, p. 8.

³⁵ Miceli, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45)*, pp. 178 e ss.

³⁶ Podemos citar Carlos Drummond de Andrade quase como um tipo ideal do “escritor-funcionário”.

³⁷ Ver Arruda, “Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação”, p. 112.

de *Intelectuais e classe dirigente*, Antonio Candido³⁸, ele próprio amigo íntimo ou, no mínimo, conhecedor de muitas das personalidades analisadas na obra. Tal fato só revela a justeza do modelo de investigação adotado por Miceli, porque a reação contrariada de Candido só ajuda a mostrar que as afinidades e laços de amizade modelam o sentido das coisas, as opiniões e os sentimentos sobre aqueles que pertencem a um mesmo grupo. No caso, Antonio Candido – como demonstrou Heloísa Pontes³⁹ – defendia não apenas amigos, mas os princípios estéticos e ideológicos do grupo do qual, em certo sentido, era herdeiro: os modernistas de São Paulo, particularmente aquele que tinha Oswald e Mário de Andrade como líderes.

Os resultados da pesquisa de Miceli vão de encontro à interpretação de Luciano Martins. Segundo ele, o campo cultural brasileiro nas primeiras décadas do século XX não configurava um campo no sentido formulado por Bourdieu, pois encontrava-se ainda “em aberto, por estruturar-se; uma estruturação que pode obedecer a uma outra lógica”⁴⁰, mas a *intelligentsia* que se constitui no Brasil, no início dos anos 1920, “fracassa no momento de estruturar um campo cultural”⁴¹, pois prescindia de instituições próprias e sentia a constante intervenção do Estado, principalmente sobre as universidades, já nos anos 1930. As observações de Martins, acreditamos, estão parcialmente corretas, particularmente aquelas referentes à ausência de instituições acadêmicas plenamente constituídas e livres da ação estatal; todavia o autor desconsidera outras importantes instâncias de classificação e legitimação literárias e artísticas, como a imprensa, o mercado dos livros, as revistas culturais, os salões e academias literárias⁴². E aquilo que é problema para Martins, é condição para Miceli para a constituição de um campo cultural, particularmente literário, no Brasil, a saber, a dependência em relação ao Estado. Ao que parece, Martins tentava encontrar no ambiente brasileiro um campo intelectual semelhante àquele estudado por Bourdieu no contexto francês, o que certamente não encontrou. Miceli, ao contrário, tentava descobrir os traços e contornos peculiares do campo cultural brasileiro, pois desde cedo percebeu que, de acordo com a feliz formulação

³⁸ Candido *apud* Miceli, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45)*, pp. ix-xiii.

³⁹ Ver Pontes, *Destinos mistos*.

⁴⁰ Ver Martins, “A gênese de uma *intelligentsia*”, p. 79.

⁴¹ *Id.*, p. 85.

⁴² Pesquisas recentes comprovam a importância dessas outras instâncias de consagração e mesmo de sociabilidade.

da professora Maria Arminda do Nascimento Arruda, “a própria noção de campo envolve permanente construção, ela é aberta para cada situação”⁴³.

O caminho inaugurado por Miceli, num certo sentido, foi posteriormente seguido por Passiani em seu trabalho sobre a importância de Monteiro Lobato na formação de um campo literário paulista e, quiçá, nacional⁴⁴. O autor procura demonstrar que entre o final dos anos 1910 e meados da década de 1920, ia se delineando de modo mais claro um campo literário na cidade de São Paulo, com regras próprias formuladas por agentes e agências sociais específicas. No processo de construção de sua autonomia, também os conflitos por bens simbólicos começam a aparecer e se aprofundar, colocando em polos opostos Monteiro Lobato e seus aliados de um lado, e os “barões modernistas”, liderados por Mário de Andrade, de outro. Os grupos rivalizavam porque disputavam a prerrogativa de classificar obras e autores, privilégio que concederia ao seu detentor a posição hegemônica no interior do campo. Segundo formulação de Passiani, num primeiro momento Lobato leva vantagem sobre os modernistas em razão de seu sucesso como escritor, crítico e editor, faces de um mesmo projeto literário que lhe rendiam lucros simbólicos suficientes (prestígio, fama, reconhecimento, legitimidade etc.) para galgar o posto máximo do ambiente literário paulista do período; já num segundo momento, com a crise de sua editora, com o fracasso de público e crítica de seu único romance, *O presidente negro* (1926), fora da direção do principal periódico cultural do período, a *Revista do Brasil*, Lobato deixava de contar com as armas que vinha utilizando no embate contra o grupo de Mário de Andrade e começava a perder terreno no solo literário até soçobrar e migrar definitivamente para o campo da literatura infantil.

Todas aquelas rusgas, alianças e discórdias, distanciamentos e aproximações (estéticas, políticas e afetivas) revelavam um contexto, aponta Passiani, particularmente peculiar, interessante e fértil porque

nele começa a se desenhar com maior nitidez os contornos de um campo literário dotado de uma autonomia até aquele momento inédita. As instituições autenticamente literárias, a “interação social dos intelectuais”, a formação de “um tecido mais consciente de relações”, profissionalização do escritor, a ampliação do sistema de produção simbólica, a conquista de um público próprio, tudo isso contribui para a

⁴³ Ver Bastos et al. (org.), “Maria Arminda do Nascimento Arruda”, p. 366.

⁴⁴ Ver Passiani, “Na trilha do Jeca”.

estruturação de um campo mais autônomo, com seus princípios e regras formulados por agentes e agências sociais internas, capazes de responder a partir de critérios estéticos às exigências exteriores ao campo⁴⁵.

A recepção de uma obra, científica ou literária, é objeto de formas variadas de leitura e apropriação, produzindo efeitos diversos, como a “contaminação, hibridização e creolização” citadas por Santoro, mas, vez ou outra, desaguando também em algum tipo de equívoco, como acontece, ao nosso ver, com a crítica de Maurício Vieira Martins à noção de campo literário de Bourdieu⁴⁶. Há um desprezo da teoria de Pierre Bourdieu, de acordo com Martins, pela singularidade do fenômeno estético, desconsiderando, assim, que o texto literário carrega um “excesso de significação” que transcende o momento histórico em que foi produzido, ou seja, Bourdieu e a noção de campo literário teriam pouco a dizer sobre a perenidade das obras literárias, pois não reconhece e não dá conta da dimensão universal e atemporal que uma obra pode assumir⁴⁷, subsumindo, ao fim e ao cabo, o texto ao contexto. Para tentar provar a insuficiência da interpretação sociológica de Bourdieu, o autor cita as várias encenações de Shakespeare que inundaram a cidade do Rio de Janeiro, em 2004, como exemplo empírico de uma obra que transcende o tempo e as fronteiras espaciais.

Ora, o argumento de Martins, num esforço de produzir uma leitura crítica de Bourdieu, é, para nós, ingênua, pois é o autor quem desconsidera procedimentos metodológicos e informações conceituais básicas de qualquer sociologia da literatura. Em primeiro lugar, podemos contra-argumentar que a escolha por um dramaturgo-escritor da envergadura de Shakespeare e não por um autor local ou regional menos conhecido e reconhecido, tido como menor ou menos importante, só legitima os procedimentos – que são sociais, não esqueçamos – de canonização das instituições literárias reconhecidas e consagradas, como o sistema universitário e academias literárias. Segundo, nenhuma obra literária ou artística é “atemporal”, como acredita Martins, que parece esquecer que se uma obra resiste ao tempo, não passa incólume por ele, pois está sujeita a apropriações e leituras as mais diversas. A rigor, a perenidade de uma obra depende das formas diversas de recepção, depende

⁴⁵ Id., p. 254.

⁴⁶ Ver Martins, “Bourdieu e o fenômeno estético”.

⁴⁷ A propósito das críticas, ver Martins, *op. cit.*, pp. 64-9.

do preenchimento e satisfação do “horizonte de expectativas” do leitor⁴⁸, que muda histórica e socialmente. Noutros termos, seja qual for a sociologia da literatura da qual se está tratando, não é permitido desconsiderar as condições sociais de sua produção e de sua recepção, que acabam por defini-la. Por fim, nem Martins nem qualquer Estética da Recepção e do Efeito se perguntam quem é, concretamente, o leitor da obra, um leigo ou um profissional, alguém possuidor de privilegiado ou escasso capital cultural – que a teoria dos campos de Pierre Bourdieu permite fazer. No caso citado por Martins, quem são, de fato, os encenadores das peças de Shakespeare, os diretores, os atores, os responsáveis pela adaptação do texto, quais suas posições e trajetórias sociais, se fazem parte do *mainstream* ou de um teatro alternativo, escapando a oportunidade de compreender sociologicamente o quê orientou as escolhas sobre a transformação do texto original para a língua local, as escolhas sobre encenação, montagem do palco, iluminação, figurino etc., enfim, como já dissemos, as condições sociais nas quais se dá a recepção de Shakespeare, ou qualquer outro, responsáveis por sua contínua atualização e sobrevivência, e revelando algo sobre aqueles agentes sociais que se apropriam de uma determinada obra.

A crítica de Martins, na verdade, não é nova. No contexto francês, desde o início dos anos 1970, alguns já apontavam que a sociologia da educação de Bourdieu e Passeron⁴⁹ enfatizava exageradamente a reprodução da dominação e da violência simbólicas realizadas pelo sistema escolar, deixando pouco espaço para a manifestação das singularidades dos sujeitos sociais, que podiam também agir crítica e criativamente, e não apenas de forma passiva, como sugeriam os autores⁵⁰. No campo especificamente literário, é Bernard Lahire – no ambiente intelectual francês um dos principais e, ao nosso ver, mais capazes críticos de Bourdieu – quem vai defender a tese da singularidade do escritor, que se manifesta justamente a partir da pluralidade de atividades e pertencimentos a vários campos profissionais concomitantemente, configurando o que Corcuff chama de “singularidade plural”⁵¹. Para Lahire, a noção de “jogo” é mais eficaz que a de “campo literário” para abarcar a complexa relação entre singularidade e determinação social, dado que a

⁴⁸ A respeito, consultar: Jauss, *A história da literatura como provocação à teoria literária*.

⁴⁹ Ver Bourdieu e Passeron, *Los herederos*.

⁵⁰ Acerca da crítica à abordagem reprodutivista de Bourdieu e Passeron, consultar, entre outros: Snyders, *Escola, classe e luta de classes*; e Lahire, *La condition littéraire*.

⁵¹ Ver Corcuff, *Bourdieu autrement*, p. 86.

segunda colocaria o acento sobre as determinações e constrições sociais, esquecendo-se das particularidades dos agentes, de sua “vida dupla”⁵², que se desenvolve e se desdobra por outros campos cuja presença pode ser mais duradoura ou transitória, definindo o agente ora como produtor, ora como consumidor de bens simbólicos, e até sua passagem por “não-campos”⁵³:

à considérer la situation de cumul des activités que vivent le plus fréquemment les écrivains à partir de la question de la différenciation des sphères d'activité, de la participation alternée à des types d'activités parallèles, à partir aussi de la question des effets de cette double participation-appartenance sur la manière dont s'organisent et se vivent les va-et-vient incessants d'un domaine d'activités à l'autre, on passe de la question banale du “second métier” à une question sociologique majeure sur la double vie des écrivains⁵⁴.

A crítica de Lahire não tem a pretensão de descartar a teoria de Bourdieu completamente, mas, ao contrário, representa uma daquelas leituras revigorantes do autor com quem se dialoga, debatendo-o e atualizando ou descartando, quando necessário, seus modelos interpretativos. Rigorosamente, Lahire segue à risca um conselho do próprio Bourdieu quando perguntado se era um marxista. Sua resposta: em termos de produção e acumulação do conhecimento, o mais interessante é usar Marx contra Marx, Weber contra Weber, Durkheim e Marx contra Weber, e assim sucessivamente⁵⁵. Lahire nada mais faz do que utilizar Bourdieu contra Bourdieu, tentando resolver uma tensão presente em todo projeto intelectual *bourdieusiano*⁵⁶, a relação indivíduo-sociedade que o autor trabalhou por meio da noção de *habitus*, regras, valores, padrões de comportamento, disposições e tomadas de posição duráveis e transmissíveis incorporados ao longo do processo de socialização do agente, pertencente a classes sociais, frações de classe, grupos e campos distintos.

Vê-se, por aí, que a ideia de singularidade do agente não está completamente ausente do pensamento de Bourdieu. O já citado Phillipe Corcuff nos alerta que Flaubert, presença-chave na formação do campo literário francês

⁵² Ver Lahire, *op. cit.*, particularmente o capítulo 1.

⁵³ Ver *id.*, “Reprodução ou prolongamentos críticos?”, pp. 50-2.

⁵⁴ Ver *id.*, p. 19.

⁵⁵ Ver Bourdieu, *Coisas ditas*, p. 65.

⁵⁶ Corcuff afirma que Lahire só chegou à noção de “singularidade plural” graças a Bourdieu e contra ele. Ver Corcuff, *op. cit.*, p. 86.

em meados do XIX, representava para Bourdieu uma singularidade literária, que manifestou todos os seus recursos estéticos, mobilizou toda a sua potência criativa justamente porque sofreu certos constrangimentos sociais, porque passou por um determinado processo de socialização e adquiriu certo *habitus*, isto é, condições sociais muito específicas permitiram que manifestasse toda sua originalidade radical⁵⁷.

Numa de suas últimas entrevistas concedidas antes de sua morte, Bourdieu retoma uma crítica comum feita ao seu trabalho – um suposto determinismo (sociológico) que o habilitaria apenas a reconhecer os processos de reprodução do mundo social, e, num certo sentido, cegando-o para as mudanças e as possibilidades de mudança – para esclarecer que suas pesquisas pretendiam explicar certos mecanismos objetivos de dominação para justamente, ao se descrevê-los, abrir espaço para a transformação daquelas relações sociais que os reproduzem⁵⁸. Particularmente em relação aos campos educacional e literário, procura esclarecer o autor:

o mundo da cultura está repleto de nichos. Ainda existem editores de vanguarda que publicam livros com tiragem reduzida e conseguem se virar, mesmo que se auto-explorem um pouquinho. Por estranho que pareça, acho que o futuro está nessa lógica do nicho. Na medida em que algo não deveria ser dito encontra uma forma de ser dito, isso é importante: haverá sempre alguém que vai escutar, e isso poderá ressurgir dez anos depois. Parte importante do que se escreve não teria sentido caso não acreditássemos nisso. Existe uma margem de liberdade real, realista, que tem a ver com isso. (...) Então é preciso lutar para que o mercado não destrua todos os nichos e para que haja espaço para mercados interiores. O sistema escolar continua sendo um dos nichos possíveis, apesar da concorrência do privado: ele oferece a dedicação, pessoas que acreditam, além de recursos, certamente não muito grandes, mas que permitem que se façam coisas⁵⁹.

A nosso ver, aquelas leituras que acusam Bourdieu de determinista e que o reduzem a um teórico da reprodução estão bastante ligadas a um equivocado entendimento da noção de “estrutura” presente em sua obra. A estrutura, em e para Bourdieu, é sempre “estruturante” e não “estruturada”, ou seja, está sempre se construindo e reconstruindo, encontra-se em movimento

⁵⁷ *Id.*, p. 60.

⁵⁸ Ver Loyola, *Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola*.

⁵⁹ *Id.*, p. 47.

perpétuo, como se fosse uma espécie de “estrutura aberta”, e não fechada à história, completa e definitivamente acabada, pronta, cujo núcleo se apresenta praticamente imutável, como supõe a noção de “estrutura estruturada”. Para Bourdieu, a estrutura apresenta fissuras, rachaduras, por entre as quais atuam, com certa liberdade, os agentes, por onde se infiltra a história, e por isso mesmo a estrutura se modifica. Mesmo sendo a liberdade dos agentes relativa – e jamais plena, sem limites – ela é suficiente para estes ajam em seu interior, exerçam sua criatividade e potenciais até a transformação da própria estrutura. A estrutura, portanto, por mais que faça sombra sobre os indivíduos, não consegue inibi-los ou controlá-los completamente. É por meio das noções de campo e *habitus* que Bourdieu vai tentar dar conta dessa dialética que se estabelece entre “indivíduo” e “sociedade”.

Na verdade, o sociólogo francês procura uma alternativa à falsa dicotomia “indivíduo *versus* sociedade”, e insiste na necessidade de se buscar no campo as condições sociais de atuação do sujeito. Noutros termos, as “regras da arte”, tomando o campo artístico como ilustração, não inibem a prática criativa do agente, mas ela se realiza justamente porque o agente foi capaz de internalizá-las, configurando seu *habitus*. É possível ilustrar o argumento a partir da seguinte imagem: tomemos um pianista que tem à sua frente o teclado do piano, composto por um número limitado de teclas. Tal limitação estrutural obriga o agente a obedecer a certas regras para a execução e inclusive para a composição, sem, contudo, ameaçar sua capacidade de inventar; acontece até mesmo o oposto, isto é, a criatividade do pianista-compositor se realiza em função do instrumento, das limitações e possibilidades que ele oferece. Alguém poderia objetar que a criatividade do agente, contudo, encontra-se prisioneira dos limites, inclusive físicos, impostos pela estrutura (no caso, as teclas do piano). Ironicamente, se essa é a crítica direcionada a Bourdieu, é ela que veste a capa do determinismo, porque nega, logo de saída, que a criatividade do agente, exercida e praticada naquela quantidade determinada de teclas, não é capaz de descobrir, no seu próprio exercício, novos tons ou semitons que exigem a invenção de mais uma ou algumas novas teclas. Deve focar claro que “estrutura” – que para muitos, hoje, soa como ofensa ou xingamento – não é sinônimo de imobilismo, paralisia, engessamento; a “estrutura”, por mais força que possa ter, não é capaz de subsumir o agente, de fazê-lo diluir-se em seu interior. Por conseguinte, o *habitus* que o agente incorpora em determinados campos, ao

longo de sua socialização – que acontece ao longo de toda sua vida – não o prepara apenas para reproduzir e seguir suas regras, mas o torna apto também a realizar mudanças. De acordo com Bourdieu, o *habitus* apresenta sempre uma capacidade criadora que possibilita o agente oferecer respostas e saídas a situações absolutamente imprevisíveis, imponderáveis:

em O *sentido prático*, o *habitus* é denominado “arte de inventar”: arte, quer dizer, “prática pura sem teoria”, *mimeses* capaz de fazer coisas novas com o velho. Os esquemas (*schèmes*) de apreciação e de ação são o que constitui a situação em problema e estabelecem al mesmo tempo sua resposta. O *habitus* produz assim uma certa liberdade frente ao presente, porque carrega o passado como “capital acumulado” e permite antecipar uma potencialidade inscrita no presente contando com aquele para torná-la efetiva⁶⁰.

Conforme Martinez, da quantidade e profundidade do capital incorporado no campo – seja ele qual for, religioso, político, literário etc. – depende a capacidade do agente para produzir uma resposta eficaz para determinada circunstância, resposta que pode ser regrada, aceitável para um campo em particular, ou inédita, que pode até mesmo abalar as regras constituídas – que, diga-se de passagem, constitui um dos princípios do jogo de disputas e lutas que caracteriza o campo. Se a ruptura das regras é prevista pelas próprias regras, pode-se dizer, então, que faz parte desse jogo a ruptura regrada das regras, possível apenas por aqueles agentes possuídos profundamente pelo *modus operandi* da instituição ou campo do qual faz parte⁶¹. É sutil a formulação de Bourdieu: só possui liberdade de ação, ou melhor, elevado grau de liberdade de ação, aquele agente que assimilou profunda e devidamente as regras daquele campo/instituição (o *habitus* ou o capital institucional), aquele que as conhece e as reconhece. Voltamos, assim, à maneira como Bourdieu pretende resolver a dialética indivíduo x sociedade/estrutura, e à noção aberta de “estrutura” com a qual Bourdieu opera, que prevê e aceita, ao contrário do que pregam muitos de seus críticos, a mudança social.

No Brasil, quem atualmente preocupa-se com a articulação entre campo literário e singularidade literária é a socióloga e professora da Universidade Federal do Ceará Andréa Borges Leão, que, junto dos autores deste ensaio,

⁶⁰ Ver Martinez, *Pierre Bourdieu*, p. 228 (tradução nossa).

⁶¹ *Id.*, p. 229.

participou da organização do simpósio “Práticas literárias como jogos de poder: a contribuição da sociologia da literatura de Bourdieu e sua crítica”, por ocasião do último congresso da ABRALIC (Associação Brasileira de Literatura Comparada), ocorrida entre 13 e 17 de julho de 2008, na Universidade de São Paulo. No texto apresentado, Andréa Leão procura desatar o nó a partir da aproximação das formulações de Bourdieu e Nathalie Heinich, antiga aluna daquele, procurando situar o leitor e o escritor enquanto sujeitos históricos que expressam sua singularidade face à estrutura do campo literário⁶². No mesmo simpósio, destacamos também o trabalho de Michele Asmar Fanini, doutoranda em sociologia na USP, que investiga, a partir do estudo do caso de Júlia Lopes de Almeida, a singular presença feminina na Academia Brasileira de Letras, instituição que utilizou (e talvez ainda utilize, em menor grau) a dominação masculina como ferramenta de canonização literária⁶³.

Procuramos argumentar que os casos aqui abordados mostram que, embora a sociologia da literatura de Pierre Bourdieu e sua importante noção de campo literário tenham encontrado ainda uma recepção tímida – e adiante tentaremos explicar por que – no Brasil, sua apropriação, de modo geral, revelou-se bastante profícua, uma vez que não se limitou a utilizá-la como uma espécie de receita que explicaria e solucionaria todos os problemas e questões que envolvem a formação do campo literário nacional, mas revelou novas e outras possibilidades e alargou o seu poder explicativo ao colocá-la diante de uma outra realidade sócio-histórica, testando-a incessantemente e renovando-a sempre, a ponto de se criar, a partir dela, uma sociologia da literatura muito própria e autêntica, como fez Sérgio Miceli.

Considerações finais

Se as sociologias da cultura e da educação de Bourdieu continuam sendo debatidas, criticadas, aplicadas, refutadas etc., no Brasil, comprovando sua relevância e aceitação (crítica ou passiva), o mesmo não acontece, pelo menos nos dias que correm, com sua sociologia da literatura. Para ilustrarmos a afirmação, citamos dois fatos recentes: o acima citado simpósio que os autores deste trabalho, junto com a professora Andréa Leão, organizaram por ocasião do último congresso da ABRALIC, que contou com apenas dez participantes

⁶² Ver Leão, “Como fazer uma sociologia da singularidade?”.

⁶³ Ver Fanini, “Júlia Lopes de Almeida”.

efetivos; e a recente publicação da coletânea de artigos enfeixada no livro *Escrita e sociedade*, pela Editora da Universidade Católica de Goiás, que dos seus dez artigos traz Bourdieu citado na bibliografia de apenas dois deles, e, ainda assim, apenas um e mesmo livro (*As regras da arte*) em cada uma delas.

Dados os limites e as intenções do presente texto, oferecemos três hipóteses – que não são excludentes e podem ser complementares – que possivelmente explicam a ausência de Pierre Bourdieu nas pesquisas de sociologia da literatura *stricto sensu* nas análises sociológicas da literatura⁶⁴: em primeiro lugar, a forte e importante presença de Florestan Fernandes na formação da sociologia em São Paulo, particularmente, mas talvez também no Brasil em geral. Como se sabe, Florestan tinha como projeto de pesquisa entender, em termos sociológicos, o processo de modernização da sociedade brasileira a partir, primordialmente, do processo de formação das classes sociais e sua relação com nossa história racial, fortemente marcada, ainda no presente, por nosso passado colonial e escravocrata. Nesse sentido, as questões relativas à sociologia da cultura eram relegadas a um segundo plano, ou dependendo do tema que se pretendia estudar, a plano algum. É ilustrativo o diálogo reproduzido por Miceli entre ele próprio e Florestan: quando perguntado qual seu objeto de estudo, Miceli afirmou que se interessava pelo tropicalismo, ao que Florestan retrucou: “(...) tropicalismo nem pensar, não é objeto por enquanto”⁶⁵.

Em segundo lugar, a presença e a influência de Antonio Candido na modulação de uma teoria e crítica literárias no mundo acadêmico nacional, que extrapola os limites do ambiente paulista. Nossos departamentos literários, quando não se dobram às abordagens formalistas, muitas vezes se rendem à perspectiva histórico-sociológica de Candido e ao seu conceito de “sistema literário” que, já afirmamos, merece uma revisão. O conceito de Candido assume um desenho triangular, em que cada vértice representa o “escritor”, a “obra” e o “público”, mas entre os vértices há como que um vazio, como se não houvesse outras instituições e agentes sociais em jogo, numa relação tensa e conflituosa, como os agentes literários, os editores e suas editoras, as academias e salões literários, as universidades, os livreiros etc., todos envolvidos em disputas e ruginhas, defendendo inte-

⁶⁴ Para a diferenciação entre sociologia da literatura e análise sociológica da literatura, Ver Lima, “A análise sociológica da literatura”.

⁶⁵ Ver Bastos *et al.* (orgs.), “Sergio Miceli”, p. 224.

resses próprios e de seus pares. Como qualquer noção de “sistema”, a de Candido manifesta uma autossuficiência, um mecanismo de alimentação próprio que desconsidera elementos sociais a ele externos. Curiosamente, Candido incorpora o social no sistema por meio da ideia de público, para depois expulsá-lo.

Em terceiro lugar, conforme explica Candido em *Literatura e sociedade*, coube aos literatos a missão de pensar os problemas do país e até propor sua solução já que por muito tempo não houve no país ciências sociais oficialmente instituídas. Posteriormente, com a institucionalização mais regular das ciências sociais, a crítica literária, que funcionava também como uma crítica da sociedade e da cultura, se viu ameaçada de perder certo espaço, um certo lugar a partir do qual produzia o seu discurso. Logo, é possível supor que a partir de certo momento, começou a haver uma espécie de disputa entre as disciplinas, entre os departamentos específicos, entre os intelectuais pela explicação mais legítima da sociedade brasileira. Acrescente-se que a explicação oferecida por Candido e sua escola constituem uma herança de certo modernismo paulistano, ou seja, vê e analisa o país a partir dos princípios modernistas, que Miceli tratou de dessacralizar e desancar, acirrando talvez a disputa entre as duas vertentes: uma de inspiração histórica e modernista, outra apoiada na sociologia dos campos intelectuais de Bourdieu, sendo que a primeira, por enquanto, parece levar vantagem sobre a segunda, por razões também sociologicamente explicáveis, por exemplo, os laços de amizade, afetividade e afinidades de toda ordem – que podem (e vão) funcionar como escudo contra explicações divergentes.

As três hipóteses descritas acima têm o intuito de oferecer algumas alternativas para compreender por que razão a noção de campo literário de Bourdieu encontra ainda alguma resistência quanto a sua utilização nas pesquisas sobre literatura realizadas no sistema universitário nacional, seja nos cursos de Letras, Sociologia, Antropologia, História ou outro qualquer, mas também acalorar o debate, lançar provocações ao *status quo* acadêmico a fim de contribuir, modestamente, para a manifestação de novas singularidades em nosso campo intelectual.

Referências bibliográficas

- ARRUDA, M. A. N. “Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação”. *Tempo Social*, v. 16, nº. 4. São Paulo, jun. 2004, pp. 107-8.
- BARANGER, D. “The reception of Bourdieu in Latin America and Argentina”. *Sociologica: Italian Journal of Sociology On-Line*, nº. 2. Bolonha, 2008. Disponível em: <<http://www.sociologica.molino.it/journal/articlefulltext/index/Article/Journal:ARTICLE:248>>. Acesso em: 10 jan. 2009.
- BASTOS, E. R. et al. (orgs.). “Sergio Miceli”, em _____. *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2006. pp. 219-50.
- _____. “Maria Arminda do Nascimento Arruda”, em _____. *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2006. pp. 353-74.
- BOURDIEU, P. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. De M. L. Machado. 1ª. reimp. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- _____. “Campo intelectual e projeto criador”, em POUILLON, J. et al. (orgs.). *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. pp. 105-45.
- _____. “Condição de classe e posição de classe”, em _____. *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção de S. Miceli. 6ª. ed. 1ª. reimpr. São Paulo: Perspectiva, 2007. pp. 3-25. (Estudos, 20).
- _____. *Esboço de auto-análise*. Trad., introdução, cronologia e notas de S. Miceli. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.
- _____. “L’invention de la vie d’artiste”. *Actes de la recherche en sciences sociales*, nº. 2, v. 1, pp. 67-93. Paris, 1975.
- _____. “Les trois états du capital culturel”. *Actes de la recherche en sciences sociales*, nº. 1, v. 30, pp. 3-6. Paris, 1979.
- _____. “O mercado dos bens simbólicos”, em _____. *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção de S. Miceli. 6ª. ed. 1ª. reimpr. São Paulo: Perspectiva, 2007. pp. 99-181. (Estudos, 20).
- _____. *The field of cultural production: essays on art and literature*. Introdução e organização de R. Johnson. Nova York: Columbia UP, 1993.
- _____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, P. e PASSERON, J.-C. *A reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- _____. *Los herederos: os estudiantes y la cultura*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2006.
- BOURDIEU, P. e WACQUANT, L. *Las argucias de la razón imperialista*. Buenos Aires: Paidós, 2001.

- BOYER, R. "Pierre Bourdieu et la théorie de la régulation". *Actes de la recherche en sciences sociales*, nº. 150, pp. 65-78. Paris, fev. 2004.
- BRITTO, C. C. e SANTOS, R. (orgs.). *Escrita e sociedade: estudos de sociologia da literatura*. Goiânia: EdUCG, 2008.
- CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. 10ª. ed. rev. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- _____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 2ª. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.
- _____. "Prefácio", em MICELI, S. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45)*. São Paulo: Difel, 1979. pp. ix-xiii.
- CATANI, A. M.; CATANI, D. B. e PEREIRA, G. R. M. "Pierre Bourdieu: as leituras de sua obra no campo educacional brasileiro", em TURA, M. L. R. (org.). *Sociologia para educadores*. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.
- CORCUFF, P. *Bourdieu autrement*. Paris: Textuel, 2003.
- DURAND, J. C. *Arte, privilégio e distinção*. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- EAGLETON, T. "De Adorno a Bourdieu", em _____. *Ideologia: uma introdução*. Trad. de L. C. Borges e S. Vieira. 2ª. reimp. São Paulo: EdUNESP; Boitempo, 1997. pp. 115-42.
- ESCARPIT, R. *Sociologie de la littérature*. 4ª. ed. rev. Paris: P.U.F., 1968. (Que Sais-Je?, 777).
- _____. (org.) et al. *Le Littéraire et le social: éléments pour une sociologie de la littérature*. Paris: Flammarion, 1970. (Science de l'Homme, 19).
- FANINI, M. A. "Júlia Lopes de Almeida: entre o salão e a ante-sala". Disponível em: <<http://www.abralic.org.br/cong2008/AnaisOnline/index.html>>. Acesso em 23 dez. 2008.
- JAUSS, H.R. "A estética da recepção: colocações gerais", em LIMA, L.C. (Org.). *A literatura e o leitor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.
- JOHNSON, R. "A dinâmica do campo literário brasileiro". *Revista USP*, São Paulo, n. 26, p. 164-181, jun.-jul. 1995.
- LAHIRE, B. "Reprodução ou prolongamentos críticos?". *Educação & sociedade*, ano 23, nº. 78, Pp. 37-55. Campinas, abr. 2002.
- _____. *Sucesso escolar nos meios populares*. São Paulo: Ática, 2004.
- _____. *La condition littéraire: la double vie des écrivains*. Paris: La Découverte, 2006.
- LEÃO, A. B. "Como fazer uma sociologia da singularidade? O escritor e o leitor face à teoria *bourdieusiana* da literatura". Disponível em: <<http://>>

- www.abralic.org.br/ cong2008/Anais Online/index.html>. Acesso em: 23 dez. 2008.
- LIMA, L. C. “A análise sociológica da literatura”, em _____ (org.). *A teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- LOYOLA, M. A. (org.). *Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- MARTINEZ, A.T. *Pierre Bourdieu: razones y lecciones de una práctica sociológica*. Buenos Aires: Manantial, 2007.
- MARTINS, L. “A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil – 1920 a 1940”. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 2, nº. 4, pp. 65-87. Bauru, jun. 1987.
- MARTINS, M. V. “Bourdieu e o fenômeno estético: ganhos e limites de seu conceito de campo literário”. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 19, nº. 56, pp. 63-74. Bauru, out. 2004.
- MICELI, S. *Nacional estrangeiro: história cultural e social do modernismo artístico em São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- _____. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45)*. São Paulo: Difel, 1979.
- PONTES, H. *Destinos mistos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- ORTIZ, R. (org.). *Pierre Bourdieu*. Introdução de R. Ortiz; Trad. de P. Montero e A. Auzmendi. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1994. (Grandes Cientistas Sociais, 39).
- PASSIANI, E. “Na trilha do Jeca: Monteiro Lobato, o público leitor e a formação do campo literário no Brasil”. *Sociologias*, nº. 7, ano 4. Porto Alegre, jan.-jun. 2002.
- _____. *Na trilha do Jeca: Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil*. Bauru: EdUSC, 2003.
- PINTO, L. *Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social*. Trad. de L. A. Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- ROBBINS, D. “French Production and English Reception: The International Transfer of the Work of Pierre Bourdieu”. *Sociologica: Italian Journal of Sociology On-Line*, Bolonha, nº. 2. Bolonha, 2008, Disponível em: <<http://www.sociologica.mulino.it/journal/articlefulltext/index/Article/Journal:ARTICLE:248>>. Acesso em: 9 jan. 2009.
- SANTORO, M. “Putting Bourdieu in the Global Field”. *Sociologica: Italian Journal of Sociology On-Line*, nº. 2. Bolonha, 2008, p. 1-2. Disponível em:

- <<http://www.sociologica.molino.it/journal/articlefulltext/index/Article/Journal:ARTICLE:248>>. Acesso em: 10 jan. 2009.
- SCHÜCKING, L. L. *The sociology of literary taste*. Trad. de B. Battershaw. Chicago: University of Chicago Press, 1966.
- _____. *El gusto literario*. Trad. de M. Frenk Alatorre. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1950. (Breviarios, 24).
- SNYDERS, G. *Escola, classe e luta de classes*. São Paulo: Centauro, 2005.
- WACQUANT, L. “Esclarecer o habitus”. Comunicação. Trad. de J. M. Pinto e V. B. Pereira. Disponível em: <http://sociology.berkeley.edu/faculty/wacquant/wacquant_pdf/ESCLA_RECEROHABITUS.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2006.

Recebido em janeiro de 2009.

Aprovado para publicação em maio de 2009.

resumo/abstract

Entre caminhos e fronteiras: a gênese do conceito de “campo literário” em Pierre Bourdieu e sua recepção no Brasil

Wander Nunes Frota e Enio Passiani

Este ensaio percorre dois caminhos que a certa altura se cruzam. O primeiro caminho delinea a gênese do conceito de *campo literário*, de Bourdieu, que é tributária, em boa medida, das teorizações de L. L. Schücking. Pelo menos entre os intelectuais brasileiros, esta herança tem sido, até agora, pouco reconhecida. O segundo caminho discute a recepção dos trabalhos de Bourdieu no mundo acadêmico brasileiro e aponta o deslocamento do conceito de campo do seu ambiente originário. Quando atravessa fronteiras nacionais no processo de circulação mundial das ideias, o conceito de *campo* exige novas leituras – algumas mais, outras menos pertinentes – em um esforço contínuo de atualização e adaptação do conceito a novas e diferentes circunstâncias sócio-históricas a fim de garantir seu melhor rendimento analítico.

Palavras-chave: campo literário, Pierre Bourdieu, recepção, intelectuais brasileiros

Between borders and roads: the genesis of the concept of “literary field” in Pierre Bourdieu and its reception in Brazil

This paper explores two ways that cross each other at a certain point. The first one delineates the genesis of Bourdieu’s concept of *literary field*, which is, in a good measure, tributary to

L.L. Schücking's theorizations. Until now, this inheritance has had little recognition – at least among Brazilian intellectuals. The second way discusses the reception of Bourdieu's works in the Brazilian academic world and points out the transfer of the concept from its original environment. When the concept crosses national borders in the worldwide process of circulation of ideas, it asks for new readings – some more, others less pertinent – in a continuous effort of updating and adapting the concept to new and different socio-historical circumstances in order to assure its best analytical efficiency.

Keywords: literary field, Pierre Bourdieu, reception, Brazilian intellectuals

Enio Passiani e Wander Nunes Frota – “Entre caminhos e fronteiras: a gênese do conceito de “campo literário” em Pierre Bourdieu e sua recepção no Brasil”. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº. 34. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 11-41.